

INSTITUIÇÃO EDUCATIVA: PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO

ANA PAULA CARRA TUSCHI¹

MARIA MARCIA SIGRIST MALAVASI²

RESUMO: Este trabalho pretende olhar a participação da família na instituição educativa como meio de qualificar a educação focando as questões de organização institucional e do mercado de trabalho que dificultam e até mesmo impedem a participação da família na instituição de Educação Infantil. Instigou-nos perceber que mesmo em processos participativos e de qualificação da educação como o da Avaliação Institucional Participativa (AIP), a política de organização escolar e as possibilidades que se apresentam no dia a dia, entre outros fatores, são grandes entraves à participação da família na instituição. Para isso analisaremos, no que diz respeito à temática, trechos de entrevistas feitas com familiares, com gestor e com monitor de Educação Infantil do Centro de Educação Infantil (CEI), discutindo-as juntamente com um referencial teórico que nos ajudará a compreender o processo de AIP na Educação Infantil, a inserção das famílias nesse processo, bem como seus entraves e possibilidades.

Palavras-chave: Educação Infantil. Participação da Família. Avaliação Participativa.

EDUCATIONAL INSTITUTION: FAMILY PARTICIPATION AND JOB MARKET

ABSTRACT: This paper aims to look at the family involvement in the educational institution as a means of qualifying education focusing on the institutional questions of organization and the job market that hinder and even prevent family participation in early childhood education institution. He urged us to realize that even in participatory processes and qualification of education as the Institutional Evaluation Participatory (AIP), the school organization policy and the opportunities that present themselves on a daily basis, among other factors, are major obstacles to the participation of family at the institution. For this, we analyze, with regard to the theme, excerpts from interviews made with family, with manager and Child Education Monitor of Early Childhood Center (ERC), discussing them together with a theoretical framework that will help us understand the process AIP in kindergarten, the inclusion of families in this process, as well as barriers and potentials.

Keywords: Child education. Participation of the Family. Participatory Evaluation.

¹ Mestre em Educação. Professora da Rede Municipal de Campinas - paulinhacarra@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. - mmarcia@unicamp.br

INSTITUCIÓN EDUCATIVA: LA FAMILIA Y EL MERCADO DE TRABAJO

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la participación de la familia en la institución educativa como medio de calificar la educación centrándose en las cuestiones de organización institucional y del mercado de trabajo que dificultan e incluso impiden la participación de la familia en la institución de educación infantil. Eso nos instó a percibir que, mismo en procesos de participación y calificación de la educación como la Evaluación Participativa Institucional (EPI), la política de la organización escolar y las oportunidades que se presentan a diario, entre otros factores, son los principales obstáculos para la participación de familia en la institución. Para ello se analiza, en relación con el tema, extractos de entrevistas realizadas con la familia, con el director y el monitor de educación Infantil del Centro de Educación Infantil, discutiéndolas junto con un marco teórico que nos ayudará a entender el proceso de EPI en la educación infantil, la inclusión de las familias en este proceso, así como los problemas y las potencialidades.

Palabras clave: Educación Infantil. Participación de la familia. Evaluación participativa.

Introdução

Muito se fala da participação da família nas instituições educativas e com os mais diversos objetivos, que vão desde o interesse real pela construção de uma relação afetiva, lúdica e cognitiva em prol das crianças até a culpabilização das famílias pelos insucessos da instituição. Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado que objetivava descrever e analisar a participação das famílias em uma experiência de Avaliação Institucional Participativa (AIP) na Rede Municipal de Campinas-SP, tomando um Centro de Educação Infantil (CEI), que atende crianças de 0 a aproximadamente 5 anos de idade, como campo de pesquisa. A AIP, foco da referida pesquisa de mestrado, mostra-se como uma alternativa para compor um ambiente mais democrático nas instituições de educação e, assim, mais uma possibilidade de participação para as famílias.

As alternativas e chamamentos para que a família se faça presente nas instituições educativas são possíveis às mesmas? Que interferências sofre a instituição educativa ao propor tal participação? A AIP tem conseguido alterar o cenário existente de negação da participação da família na vida escolar dos estudantes para um cenário de incorporação dos pais no âmbito da escola como um todo?

Princípios da Avaliação Institucional Participativa

A Avaliação Institucional Participativa (AIP) é uma possibilidade de qualificação da escola, uma vez que pretende que seu processo de avaliação seja dialógico e reflexivo. Assim, é “uma luta a mais, dentre tantas outras, que se articulam em diferentes e multiculturais espaços-tempos de ação humana (LEITE, 2005). Essa avaliação do funcionamento da escola como um todo, de modo participativo é

A ampliação dos níveis de avaliação para além da sala de aula e da aprendizagem dos estudantes, em especial a avaliação institucional, trouxe novas possibilidades ao desenvolvimento de escolas reflexivas. Assim, pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino da escola (FREITAS et al., 2009, p. 35).

Assim, podemos dizer que a AIP possibilita que a comunidade escolar esteja empenhada na proposta de refletir sobre a qualidade do trabalho desenvolvido. Para isso todos os atores estão qualificados a participar e, assim, a avaliação não se restringe a professores e alunos, pois parte-se do entendimento de que todos, professores, alunos, equipe gestora, equipes de apoio como cozinha, limpeza, familiares etc.) podem e devem se posicionar diante do trabalho realizado pela instituição.

Avaliar uma instituição tem como objetivo “que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições; reflita sobre eles e estruture situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com melhorias concretas na escola” (FREITAS, 2009, p. 38). Dessa forma, a comunidade escolar e o poder público são corresponsáveis na garantia da qualidade da educação ofertada e assim o que se busca não é apontar os erros e seus responsáveis ou limitar a responsabilidade dos órgãos gestores diante dos impasses da instituição.

A AIP deve buscar dados que ajudem a compreender a realidade, a tomar decisões, responder a questionamentos e indicar os avanços ou retrocessos (BELLONI, 2001). Assim, esse é um mecanismo, entre outros, nessa busca por qualificação da educação e, para tanto, alguns princípios são essenciais, uma vez que a proposta neoliberal tem se apropriado da avaliação para comparar escolas e profissionais, bonificando-os e responsabilizando-os pelo desempenho de seus alunos (RAVITCH, 2011).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma peça essencial, uma vez que tem a finalidade de registrar os acordos coletivos e explicitar as metas de melhorias ou manutenção da qualidade (MALAVASI, 1995).

[...] o PPP é um importante desencadeador de reivindicações e luta pela participação de outros segmentos no debate acerca das finalidades da escola. Ele pode beneficiar movimentos que pretendam pensar a escola a partir de suas próprias necessidades locais (MALAVASI, 2009, p. 172).

É por meio de seu projeto/metapas que a escola é tomada como ponto de partida e chegada pela AIP. Esse pode não ser um processo confortável, uma vez que da avaliação podem aflorar as contradições presentes na escola. Assim, criar um ambiente favorável, incentivando os espaços coletivos e o fortalecimento/empoderamento da comunidade escolar é uma etapa essencial no processo de AIP, pois o que se busca não é responsabilizar individualmente os atores, mas refletir, dialogando em busca do compromisso social dos envolvidos no processo, para que ações de melhoria se estabeleçam no grupo.

A autoavaliação institucional, portanto, constitui-se de um olhar da escola para dentro da própria escola, com o objetivo de provocar mudanças em busca de melhoria na totalidade de suas ações educacionais e de administração, considerando o seu papel social no contexto político e econômico em que está inserida (BETINI, 2009, p. 69).

Dessa forma, a AIP procura envolver todos os segmentos, ainda que esta prática esbarre em processos pouco democráticos que, infelizmente, são ainda comuns no cotidiano das escolas. No modelo participativo de avaliação que defendemos, o caminhar torna-se tão importante quanto a linha de chegada, ou seja, os resultados dependem de como o processo autoavaliativo é construído. “A avaliação do tipo AP, no entanto, não se constitui em um modelo pronto, ela é avaliação em processo” (LEITE, 2005, p. 110). A construção de um projeto democrático, como requer esse modelo avaliativo, não pode ser construindo às pressas, leva tempo e exige esforços, uma vez que precisa ser aprendido e exercitado. Assim, “será sempre uma prática em permanente construção, talvez buscando uma perspectiva de ‘socialismo e democracia sem fim’, talvez buscando a utopia do ‘mundo melhor possível’” (LEITE, 2005, p. 112).

Diferentemente dos processos tradicionais, em que um pequeno número de pessoas toma para si a prerrogativa das decisões gerais da instituição, o trajeto inerente aos processos democráticos demanda mais tempo para a obtenção dos resultados finais, até pelo maior número de pessoas envolvidas nele, mas, sem dúvida, acabam sendo muito mais gratificantes na medida em que abrem espaço para a manifestação de todos os segmentos envolvidos na escola (MALAVASI, 2002, p. 228).

A valorização do processo denota a importância que se dá à negociação, à participação, à tomada da realidade como ponto de partida e nos instiga a buscar, para além das medidas largamente publicizadas, a qualidade que ressignifique a educação ofertada em cada escola. A negociação é um ponto chave nos processos participativos de avaliação institucional. É por meio dela que se espera que o coletivo consiga discutir suas prioridades e as formas de alcançá-las, assumindo suas responsabilidades, bem como buscando meios de negociação com o poder público para aquilo que lhe compete. “Os *objetivos e acordos* serão efetuados mediante negociação que incide sobre a auto-organização interna dos grupos e a formulação das metas com vistas à transformação de uma dada realidade através da avaliação” (LEITE, 2005, p. 112, grifos do autor).

Nessa perspectiva, os atores, sejam eles locais ou do poder central, estão igualmente qualificados para o debate sobre a qualidade do trabalho desenvolvido. A pretensão é que as relações de poder se deem de forma mais horizontal. Para que isso seja possível “devem acontecer mudanças na cultura escolar, necessariamente rompendo com as relações de poder vigentes no seu interior e no seu entorno” (DALBEN, 2008, p. 33).

É com vistas à melhoria da qualidade que a negociação deve acontecer, sempre que os atores sentirem necessidade. Os processos de AIP estão à serviço da qualificação da educação e quando nos referimos à qualidade da educação estamos nos remetendo à processos que ressignifiquem o trabalho desenvolvido em cada instituição com vistas àquilo que é significativo e importante em cada comunidade escolar, considerando as possibilidades e limites desta.

Nesse sentido, Bondioli (2004) nos ajuda a entender que negociar a qualidade denota tornar ainda mais significativa a experiência das crianças na escola, uma vez que a qualidade é um processo de natureza transacional, participativa, autorreflexiva, transformadora, contextual e plural. Assim não é possível pensarmos em uma única prática capaz de garantir a qualidade sem pensar em um processo contínuo de diálogos, participação e reflexão dos atores locais.

Vivemos um momento fortemente marcado pelas regras do mercado no qual a qualidade tem cada vez mais se constituído baseada nas exigências do mesmo, no qual testes estandardizados definem os currículos e a qualidade da educação ofertada. Dessa forma, Bondioli nos ajuda a romper com essa lógica fortemente colocada pelo mercado, nos mostrando que a qualidade requer responsabilidades coletivas, envolvimento e trabalhos que caminhem, quase sempre na contramão das propostas existentes, em busca de um ideal de educação. O pacto de qualidade negociada expressa os desejos dos múltiplos atores interessados na qualificação da escola e orienta o processo de avaliação e, portanto, não pode ser demagógico, ele é construído dentro das condições objetivas existentes.

O mais importante é que a discussão da qualidade traga mudanças concretas. Como afirma Bondioli (2004, p. 16-17)

[...] é este o aspecto decisivo. A dimensão participada, o confronto de pontos de vista, a negociação de fins e objetivos, a reflexão sobre 'boas práticas', a derivação 'plural' e contextual daquilo que chamamos qualidade, sem até agora, defini-la, substanciam-se e assumem valor quando produzem uma 'transformação para melhor'.

Assim a qualidade se define para nós em o melhor que se pode fazer diante das condições objetivas existentes. Algumas condições são básicas para que a escola consiga exercer um trabalho de qualidade, e sabemos das condições precárias em que operam muitas escolas, mas este não pode ser um motivo para que não se busquem saídas. É preciso criar espaços e agir nas brechas abertas pelo sistema, começando por compreender a complexidade do cenário para ir avançando.

Negociar a qualidade e produzir mudanças, em um cenário tão complexo como o que se apresenta, requer que os atores locais sejam propositivos ao resistirem à lógica que está posta. Dessa forma, os processos de AIP ultrapassam os limites do simples diagnóstico, oferecendo espaços de resistência, de contra regulação propositiva.

Como afirma Freitas et al. (2009, p. 38)

Com a avaliação institucional o que se espera, portanto, é que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições; reflita sobre eles e estructure situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com melhorias concretas na escola.

Construir uma escola reflexiva (FREITAS et al., 2009) é um dos objetivos da AIP. Como sabemos, essa é uma tarefa a ser aprendida e exercitada pelos coletivos, por isso entendemos esse processo também como um momento de reflexão e formação dos atores. Leite (2005), em seus estudos sobre as experiências em algumas universidades, nos mostra que a abertura a todos os atores da instituição provoca um envolvimento que acaba por qualificá-los, informá-los e a despertá-los para sua potencialidade dentro da instituição. Acreditamos que esse processo também acontece em outros níveis de ensino.

À medida que as pessoas vão conhecendo coisas que não conheciam sobre a instituição, conhecendo seus membros, passam a entender relações de poder que antes não eram visíveis. Os sujeitos atores da Avaliação Participativa explicitam melhor o seu próprio lugar na universidade ao ver-se em perspectiva relacional, frente aos outros, no interjogo de saberes, poderes e deveres. Ao mesmo tempo, descobrem afeitos e capacidades que antes não reconheciam em relação à instituição – sua importância pessoal neste contexto (LEITE, 2005, p. 117).

Como Leite (2005, p. 77), sabemos que “a participação política não é uma inclinação natural do homem, mas um processo pedagógico em permanente construção através de sucessivas aprendizagens” e, para tanto, é preciso apostar em espaços e tempos para a proposição de ações de qualificação da instituição, de formação pessoal e coletiva, de construção de espaços de reflexão, em que é possível debater, pensar e propor ações.

Estabelecer igualdade nas relações é uma exigência para que se construam processos realmente participativos, embora saibamos que “espaços de participação são sempre espaços de conflito e jogos de interesse e poder” (LEITE, 2005, p. 73). Faz-se necessária “a transformação de interesses privados em interesses comuns, a transformação de cidadãos privados e independentes em cidadãos públicos” (LEITE, 2005, p. 75).

Investir na participação significa lançar-se no desafio de aceitar e promover diferentes formas de participação. Assim, estabelecer uma relação de igualdade e respeito pelo outro é um dos primeiros passos na busca da participação plural, pois é participando que se aprende a participar e “toda participação empodera os atores do processo” (LEITE, 2005, p. 88).

A AIP depende da participação dos atores sob o risco de não se conseguir acordar a qualidade que valorize e inclua a especificidade da comunidade local. É sua capacidade de agre-

gar, de mediação dos processos coletivos que fará a diferença. Não podemos ocultar que promover ambientes democráticos leva tempo, tem implicações, gasta energia e, algumas vezes, é visto como mais um trabalho e não como uma conquista.

A Avaliativa Participativa apresenta uma *ética objetiva* – seu alvo, na prática, é a construção de relações de democracia direta, unitária, forte, para autoprodução da cidadania dos sujeitos participantes e a garantia da construção coletiva do bem público (LEITE, 2005, p. 112).

Nesse sentido, a reflexão dialógica precisa ser exercitada para que a busca por harmonia não silencie alguns grupos, mas que estes sejam fortalecidos pelos acordos em prol da qualidade pretendida.

A Organização Escolar e a Participação das Famílias

Passaremos a discutir que mesmo em processos participativos e de qualificação da educação como o da AIP, a política de organização escolar e as possibilidades que se apresentam no dia a dia, entre outros fatores, são grandes entraves à participação da família na instituição. Para isso utilizaremos falas de alguns sujeitos de uma pesquisa de mestrado (CARRA TUSCHI, 2014) que objetivou descrever e analisar a participação das famílias no processo de construção da Avaliação Institucional Participativa na Educação Infantil. A referida pesquisa realizou 19 entrevistas com profissionais do CEI, 17 entrevistas e 105 questionários com familiares, analisou o Livro de Atas da Comissão Própria de Avaliação (CPA), as edições do Jornal da CPA, o anexo do PPP de 2010 e o PPP de 2011.

Como já dito, o modelo participativo de avaliação institucional pressupõe a participação de todos os atores interessados no processo educativo, a saber: crianças, familiares, educadores, gestores e demais funcionários. Sabemos que muitas vezes alguns desses segmentos são silenciados, ora mais evidentemente, ora menos.

Dizer de participação, ainda que em espaços democráticos como pretende a AIP, não é simples. Pretendemos esboçar alguns apontamentos sobre como a organização da instituição muitas vezes dificulta e até mesmo impede que familiares participem do cotidiano escolar e o quanto o poder público e o mercado de trabalho estão comprometidos nisso.

O tipo de participação de que falamos pressupõe de relações democráticas, coisa que não é fácil em uma sociedade que ainda caminha para entender e aplicar esse conceito. É muito difícil falar de democracia em uma sociedade em que os direitos não estão disponíveis para todos e estão condicionados aos aspectos econômicos e culturais favoráveis. Nas palavras de Carvalho (2010, p. 216), as pessoas que estão à margem da sociedade “nem sempre têm noção exata de seus direitos, e quando a têm, carecem dos meios necessários para os fazer valer, como o acesso aos órgãos e autoridades competentes, e os recursos para custear demandas judiciais”.

O familiar 1 consegue traduzir o quanto, muitas vezes, o seu direito de participar da vida escolar do filho não é respeitado pelo mercado de trabalho.

F1: [...] Bom eu trabalho, por exemplo, minha esposa trabalha, eu não vou na reunião da escola porque eu não vou perder a hora de serviço, depois eu tenho que estar lá conversando com o encarregado que eu faltei tal hora pra poder ir na escola. Então, isso aí atrapalha muito talvez o pai e a mãe vir na escola. [...] tal reunião tal dia, mas se eu for, aí eu tenho que estar falando pro meu encarregado, entendeu? Eu acho que na verdade tinha que ter o direito: “Olha hoje tem uma reunião da escola, em relação ao meu filho tal” e o que você tinha que passar pro encarregado: “Olha, eu tenho uma reunião” e acabou. Não tem como você estar pedindo pra ele[...] o horário que fosse, fosse pela manhã ou pela tarde. Eu acho que as empresas deviam tomar uma atitude é...positiva, falar assim: “ Fulano tal, tinha a reunião do filho dele, na escola e ele tem que ir. Não “fechar a cara”. Os encarregados “fecha a cara” porque sabe que você vai chegar mais tarde, ou você vai sair mais cedo[...] Inclusive os encarregados “botam” na sua cabeça que você não pode sair... e você tem o direito. Todos nós temos o direito.

É preciso reconhecer que os “progressos feitos são inegáveis, mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda falta percorrer” (CARVALHO, 2010, p. 219) na busca por uma democracia que realmente garanta os direitos dos cidadãos que, uma vez conquistados no âmbito legal, ainda carecem de efetivação na prática. Sabemos que esse caminho é longo, mas para isso a democracia precisa se manter viva ainda que não seja a ideal. Novas formas precisam ser criadas para resistir às arbitrariedades que se colocam, e “quanto mais tempo ela [democracia] sobreviver, maior será a probabilidade de fazer as correções necessárias nos mecanismos políticos e de se consolidar” (CARVALHO, 2010, p. 224).

A AIP é uma tentativa de estabelecer na educação pública um ensaio de democracia que, buscando contribuir com os avanços da democracia no Estado, propõe uma gestão participativa, uma prestação de serviço público de qualidade e coerente com o que necessita e deseja

a população, especialmente as parcelas mais prejudicadas historicamente. Falar de participação da família na escola pública, não é, de forma alguma, um meio de desresponsabilizar o Estado de suas funções, mas é principalmente um meio de demandar ao poder público a direção de suas ações apontadas pela e para população.

Na fala que segue do familiar nº 2, veremos que algumas ações do poder público impactam diretamente na relação da comunidade com a instituição de educação, ainda que a instituição também seja negativamente afetada por essas políticas. Nesse trecho, o familiar fala sobre a obrigatoriedade da passagem das crianças de 3 anos de idade para atendimento em período parcial na instituição. Esse fato prejudica as famílias que precisam buscar alternativas para poderem trabalhar, bem como a instituição que tem apenas um profissional por sala de período parcial para o atendimento de aproximadamente 20 crianças tão pequenas.

F2: [...] quando a criança sai de muito bebezinho a mãe é muita mais ativa e vive em cima por ser neném, cresceu um pouquinho ela acha que não precisa mais, mas isso também vem também do próprio poder público, porque eu lembro que quando a minha filha estava no período integral, como que o governo diz pra uma mãe que quando a criança completa 3 anos, que ainda é um bebê, ele já pode ir pra uma outra sala ficar sozinho [sem monitor] [...] Então o próprio poder público faz com que a situação se torne muito difícil. Eu lembro que eu fui a primeira a reivindicar. Ela é muito pequena, [...] eu sei que pra vocês “tando’ aqui no dia a dia é difícil porque vocês são poucos dando conta de um enorme quantidade criança, mas tem que ser feito alguma coisa. O que pode ser feito? O que não dá é você falar pra mim que isso é normal, isso eu não aceito, [...] eu vou cobrar de vocês, eu vou à prefeitura, porque eu não concordo, [...] então o próprio problema vem do descaso do poder público, que diz pra uma mãe que quando o filho completa 3 anos ela não tem mais direito ao período integral [...] e joga o problema pra escola e fala: “se vira aí, com esse monte de criança”, fica muito difícil pros professores, pros monitores, que acabam ficando exaustos, que acabam negligenciando a atenção de um ou outro, porque você tem um monte de crianças em volta, como é que você vai olhar todos? [...] o governo fala assim: “Ah, não tem dinheiro”, claro que tem dinheiro, saúde e educação é dever do Estado e tem que ser cobrado isso deles, e tem na Constituição e tem que ser fazer prevalecer a lei,

Entrevistadora: Você acha que essas tensões afetam em alguma medida a relação com a escola?

F2: Acho sim, você acaba desistindo muitas vezes, você perde a paciência com determinadas coisas que você escuta, e aí vai muito da direção. O que pega é ela chegar pra você e passar o problema que o Estado passa pra ela, faça alguma coisa, uma escola pública que tenha uma direção firme, ela pode não resolver os problemas, mas o movimento com referência ao ensino, mas ela vai conseguir fazer daquela escola um diferencial, o que ela puder fazer de diferencial ela vai fazer, mas isso vai da mão da direção.

Assim, os entraves colocados pelo próprio sistema acabam por fragilizar a relação, ainda em construção, entre instituição e família. O familiar nº 2 nos conta que apesar do desejo de participar, as condições colocadas pela instituição e, em última instância, pelo próprio poder público, não viabilizavam essa parceria.

F3: Eu nunca participei, porque nunca dava, porque o que eu via é que as vezes a escola fica mandando aqueles bilhetinhos sobre o que você acha disso. E toda vez eu coloco eu não participo de reunião, porque não é aos sábados, não tem atividades porque não é aos sábados [...] Então sinceramente, na parte de participação da escola já era difícil eu ir, quando dava, o meu marido ia, quando dava, que ele também trabalha a noite então também era difícil, mas seria bom que os pais participassem mais da escola [...] O que seria ideal? Por exemplo, as atividades que tinham na escola, que fossem aos sábados ou talvez até à noite. Mas aí os pais iam dar a desculpa que chegou cansado do serviço e não ia poder comparecer à noite. Já no sábado, muitos pais trabalham, mas a maioria está em casa e pode acompanhar seu filho. Sabe assim: a porta está aberta, a diretora estar lá, o professor estar lá, pros pais poderem ir. Eu ia ser a primeira, se a escola tivesse aberta aos sábados eu iria lá, contava mais sobre minha filha, o que eu poderia melhorar mais com ela, sabe? Me informar mais sobre a escola, mas era muito difícil isso. Muito difícil no sábado os pais que se interessassem iriam lá se informar sobre seu filho, sobre a escola, sobre o projeto da escola, o que quê a escola faz, o que quê a escola oferece, o que quê a escola precisa, porque a prefeitura, a gente sabe que ajuda muito pouco.

Assim, percebemos que a família é um

Segmento normalmente silenciado, seja pelas condições objetivas de existência (falta de tempo para estar e participar na escola) ou falta de uma estrutura escolar que os acolha para esta participação (reuniões em horários que impedem a presença dos pais, chamamento apenas para festas, desconsideração da família no processo decisório e reflexivo acerca do avanço na escolarização das crianças, esvaziamento das instâncias de participação possíveis como Conselho e Comissão Própria de Avaliação, dentre outras) (MALAVASI et al., 2012, p. 250).

Quando a instituição escolar anuncia o desejo de contar com a participação da família e não define cuidadosamente em seu planejamento e nem oportuniza as condições necessárias para que a participação familiar ocorra, em verdade, incorre no risco de negação da participação e na promoção de ilegalidades tais como: marcar dias e horários impróprios para os familiares, bem como pautas e vocabulários difíceis e pouco acessíveis ao público alvo.

O gestor 1, nos fala da decisão dos horários de reuniões, evidenciando que a instituição sabia que os horários das mesmas não eram adequados, porém eram os únicos possíveis para a instituição.

EG1: o horário da reunião era um horário complicado, a gente sabe, mas era o que a professora, a gente depende do professor, poderia e estava disponível. Então a gente sabe sim, que era um horário inviável, mas a gente achou melhor ter a CPA com a maior representatividade de professores e funcionários e equipe gestora, e infelizmente não ter a presença dos pais como nós queríamos, ou não ter a CPA? Então nós fizemos a opção de ter a CPA mesmo com dificuldades, mesmo sem uma presença tão efetiva da família. Mas nós achávamos que era melhor existir a CPA.

A monitora 1 também expressa a vontade de compartilhar o espaço das reuniões com a famílias, mas reforça a fala da gestora no que diz respeito à impossibilidade de conciliar um horário que fosse bom para todos os segmentos.

M1: Não, é porque a gente também não tinha muita opção de horário. Pelos monitores “tarem” participando tem que ser da meio dia a uma. Não existe outro horário, não teria como fazer em outro horário. E parece que para as famílias, não era tão bom. Mas pra nós, não teríamos outro horário, não teríamos como “tá” aqui na escola, né? A não ser que pagando hora extra, mas inviável, né? [...] Lógico que se eu pudesse dentro do meu horário de trabalho, tivesse alguém pra me substituir, eu preferiria num outro horário que fosse também pra atender as famílias né? Mas já que a gente já tinha tanta falta de funcionário e precariedade nesse assunto então nem discuti, aceitei. Acho que é a única maneira de “tá” participando, né?

Para nós, a busca pela qualidade na educação, e aqui a Educação Infantil, inevitavelmente passa pela participação de todos os segmentos implicados no processo educativo. Como vimos familiares têm sido impedidos de usufruir o direito de participarem da instituição, ora em função do mercado de trabalho, ora pela organização da instituição que, em última instância, é

pré-definida pelo poder público, uma vez que os profissionais não podem receber as horas trabalhadas aos fins de semana ou fora da jornada de trabalho.

Não é só a escola que deseja a participação da família; as famílias também têm se mostrado atentas aos movimentos da instituição, como vimos na fala dos familiares 2 e 3. Segundo Lahire (1997, p. 334), “o tema da omissão parental é um mito”. Sua pesquisa demonstrou que as famílias manifestam interesse e preocupação com a vida acadêmica dos filhos, valorizam e reconhecem a importância da escola. Ele aponta ainda que em alguns casos em que a família não participa da vida escolar da criança, não o faz por opção e sim em função das condições de vida familiar, econômica e outras, que não a permitem colaborar, como nos mostrou o familiar 1.

Schifino (2012, p. 143) também nos chama a atenção para a “desconstrução do discurso recorrente de que as famílias das classes populares estão em busca apenas de guarda e assistência para suas crianças” e que em alguns momentos até mesmo o local de moradia é escolhido em função da instituição educativa. O que percebemos é que as famílias estão atentas aos processos que ocorrem na escola e que estão lutando, por vezes timidamente, para que suas crianças sejam atendidas por boas instituições. As mães acompanham o trabalho da instituição por meio do relato das crianças, das reuniões e, principalmente, pelo caderno de recados (SCHIFINO, 2012). Ao que parece, ainda se carece de condições para viabilizar essa parceria, condições essas que precisam ser diariamente vencidas na esfera do mercado de trabalho, do poder público e da própria instituição.

Considerações Finais

Como vimos, há diversos fatores que interferem na relação entre a instituição educativa e a família. Interferência essa que muitas vezes inviabiliza que, de fato, possam juntas propor e desenvolver ações que alterem a realidade da educação ofertada. Familiares e profissionais reconhecem que existem empecilhos à participação do segmento familiar dados pela própria instituição ou pelo mercado de trabalho.

Por parte da instituição vemos que, principalmente, os horários para as reuniões são escolhidos de modo a beneficiar os profissionais em detrimento das famílias, especialmente porque não se tem momentos institucionalizados para que esta relação possa acontecer. Com

isso, todas as tentativas individualizadas de a escola receber as famílias acabam sendo feitas por ela sem apoio de uma política pública superior que incentive e proteja a escola para essas ações. Dito de outra forma, não deveria ser de responsabilidade e escolha da escola receber e incorporar as famílias em seu projeto pedagógico, mas uma política naturalmente posta a todo o sistema escolar. Nem mesmo uma proposta como a AIP, que tem em suas entranhas a necessidade de um ambiente plural, democrático e participativo, tem conseguido alterar essa realidade, pois também não encontra meios de solucionar tais desencontros, ainda que coloque em evidência essa necessidade.

Na ausência de uma institucionalização oficial do sistema educativo, a inserção das famílias no contexto escolar sofre julgamentos individualizados que chegam a responsabilizar unicamente a instituição e seus profissionais. Como se vê, há a necessidade de políticas públicas de apoio e de promoção de tempos e espaços para a concretização da tão desejada relação entre instituição e famílias. Dessa forma, é cada vez mais urgente que o poder público, na figura de seus dirigentes, empenhe esforços na busca de alternativas para tal impasse.

Para além das dificuldades já apontadas, há também aquelas impostas pelo mercado de trabalho, que não mede esforços para impossibilitar que os familiares estejam mais próximos de sua instituição educativa. Como relatado, não somente se tem impedido, mas até persuadido os familiares a acreditarem que não têm o direito a essa participação. A pressão exercida por chefias e a mão de obra excedente, que rapidamente poderá substituir o profissional que se ausentar do trabalho para exercer seu direito de participação na escola onde suas crianças estudam, são grandes entraves impostos diariamente às famílias trabalhadoras.

Não há dúvidas que esse direito precisa ser conquistado na prática, para além da esfera legal. É necessário que, novamente, o poder público assuma sua responsabilidade na efetivação desse direito sob pena de eternamente culparmos famílias, profissionais e instituições pela impossibilidade da efetivação da participação das famílias na educação, quando na verdade estes podem até apresentar problemas, mas que em geral são ocasionados pela ausência de políticas públicas que, de fato, queiram construir uma educação democraticamente plural.

Algumas questões estão postas, tais como: As alternativas e chamamentos para que a família se faça presente nas instituições educativas são possíveis às mesmas? Que interferências sofre a instituição educativa ao propor tal participação? A AIP tem conseguido alterar o cenário existente de negação da participação da família na vida escolar dos estudantes para um cenário

de incorporação dos pais no âmbito da escola como um todo? Infelizmente não temos, ainda, respostas positivas a esses questionamentos, mas caminhos são diariamente trilhados, novas alternativas pensadas e o desejo imenso de que alcancem o poder público e o mercado de trabalho para que esse cenário se altere e a qualificação da educação passe pelas mãos dos diversos segmentos empenhados nas instituições educativas.

Referências

BELLONI, I. **Metodologia de Avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

BETINI, G. A. **Avaliação institucional em escolas públicas de ensino fundamental de Campinas**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BONDIOLI, A. (Org.). **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação**: a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.

CARRA TUSCHI, Ana Paula. **A participação das famílias no processo de avaliação institucional participativa na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DALBEN, A. **Avaliação institucional participativa na educação básica**: possibilidades, limitações e potencialidades. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação Educacional**: Caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes (Coleção Fronteiras Educacionais), 2009.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LEITE, D. **Reformas Universitárias**. Avaliação Institucional Participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

MALAVAZI, M. M. S. **A construção de um projeto político pedagógico**: registro e análise de uma experiência. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MALAVASI, M. M. S. Os processos avaliativos: entre os pais e a vida escolar dos filhos. In: FREITAS, L. C. (Org.), **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002. v. 1. p. 215-230.

MALAVASI, M. M. S. Avaliação Institucional Participativa: A participação das famílias potencializando uma educação de qualidade. In: SORDI, M. R. L.; SOUZA, E. S. (Org.), **A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública**: a Rede Municipal de Campinas. Campinas: Millennium, 2009. p. 171-187.

MALAVASI, M. M. S. et al. A voz das famílias no contexto escolar: contribuições para pensar a qualidade negociada. In: FREITAS, L. C. et al. (Org.), **Avaliação e políticas públicas educacionais**: ensaios contrarregulatórios em debate. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2012. v. 1. p. 249-262.

RAVITCH, D. **The Death and Life of the Great American School System:** how testing and choice are undermining education. Revised and Expanded Edition. New York: Basic Books, 2011.

SCHIFINO, R. S. **Direito à creche:** um estudo das mulheres operárias no município de Santo André. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.